

Obras da TransCarioca ameaçam patrimônio histórico da região

Leia nessa edição a entrevista com Carlos Meda, um apaixonado pela história do subúrbio carioca que denuncia o descaso do poder público com bens tombados no Campinho. Página 8



Estalagem onde dormiu Tiradentes

Grupo Alfazendo

Página 8



Atravessando desertos pela inclusão

A brasileira Jacque Terto andou sete dias no Saara na luta pela integração dos membros da VOM (Vila Olímpica da Maré)

Página 6



Confira nossas novas colunas

Minha Escola. Página 2

Meu Condomínio. Página 7

Catástrofes de uma crônica anunciada Página 3

Carta de repúdio contra remoções Página 4

Renascer de Jacarepaguá é campeã Página 6

Por que a nossa cidade se chama Rio de Janeiro? Página 7

Fascismo à Carioca

* Ângelo Diniz

Os informes que pululam na rede virtual nos dão conta de que a Prefeitura do Rio de Janeiro age de modo fascista e covarde contra moradores pobres do Recreio dos Bandeirantes, Barra e Região das Vargens.

A política de remoções forçadas, sem nenhum embasamento legal, perpetrada por obscuros agentes das secretarias municipais de Habitação, Ordem Pública e Obras, não dá margem às dúvidas. O fascismo foi institucionalizado como ferramenta na condução da política urbana em nossa cidade. Um clima de terror e intimidação foi implantado naquela região, sob a mais completa omissão do poder público, que assiste impávido, aos mais elementares direitos humanos daquela gente decente e trabalhadora serem violados de forma torpe.

Há que se repudiar este estado de coisas. E dentro das nossas avaliações, não podemos de modo algum deixar de enxergar e criticar veementemente o papel exercido pelo PT nesta conspiração contra o povo carioca. Aboletado na Secretaria de Habitação,

o PT, em perfeita consonância com o projeto nacional de governabilidade, rasga seu programa e trai a confiança daqueles que um dia acreditaram num partido diferente, que representasse verdadeiramente os interesses das classes menos favorecidas.

O que vemos hoje é a mais completa subversão de valores e subtração de sonhos. Todos sabemos que de tempos em tempos, cidades passam por mudanças em sua estrutura viária a fim de se adequar aos novos tempos, o que torna inevitável que parte da população seja afetada. Tudo isso é compreensível. O que se pede é que todas as medidas que tiverem de ser tomadas, por mais extremas e impopulares que sejam não coloquem em risco a vida daqueles que não podem se defender.

A Prefeitura do Rio de Janeiro não pode se comportar desta forma. O estado de direito exige isso. Queremos uma política urbana que leve em conta os direitos da maioria da população e não apenas os dos setores que de tempos em tempos, patrocinam e elegem os carrascos que produzem este tipo de barbárie.

*Membro da ONG Proceas

Choque de ordem vira choque de achaque ao motorista em Jacarepaguá

*Iremar Negromonte

A Prefeitura implantou na era César Maia o projeto de embelezamento conhecido por Rio Cidade em diversos bairros do Rio de Janeiro. Por trás da modernização escondia-se o plano de criar imensos calçadões e dificultar o estacionamento dos veículos que aumentaram em toda a cidade. Em muitos casos as ruas e avenidas foram afuniladas. Grandes avenidas de duas pistas passaram a ter uma mais estreita. Pelas estatísticas a redução dos estacionamentos públicos chegou a 60%. Jacarepaguá também foi atingido pelo Rio Cidade. Os resultados desse tipo de reforma foram os constantes engarrafamentos no Largo da Taquara e na Freguesia. É isso, a escassez de estacionamentos e a política da proibição total agora chamada choque de ordem.

Vamos analisar um caso agravante que vem acontecendo recentemente na rua Visconde de Asseca. Nesta rua

secundária e residencial, que os moradores e clientes do comércio e dos consultórios utilizam como uma opção para estacionar seus carros, os guardas municipais passaram a multar e mandar rebocar carros que não estacionam nas áreas privadas. Também na Freguesia a população está aterrorizada com as medidas abusivas do choque de ordem da Prefeitura que utiliza brechas da lei do código de transitar para multar e rebocar os carros sem menor respeito aos cidadãos. A Prefeitura que antes de punir os motoristas não aumenta um só metro de estacionamento nas calçadas largas de Jacarepaguá.

*Professor e morador do Pechincha.

Cartas Informe nome completo, telefone e endereço. O jornal se reserva o direito de, sem alterar o conteúdo, resumir ou editar as cartas.

jornalabaixoassinado@yahoo.com.br
Cx. postal 70520 – Taquara –
22.740-971

O Jornal Abaixo-Assinado abre um espaço para você que é jovem e estudante exemplar falar e muito da sua escola.

Ou bem ou mal. Escreva para nós:
jornalabaixoassinado@yahoo.com.br

Minha Escola

* Clara Carballo

Meu nome é Maria Clara Carballo, tenho 14 anos, estudo no colégio Estadual Ulysses Guimarães, em Curicica.

Minha escola costuma ser organizada, porém enfrenta alguns problemas: poucos professores, alguns bons, muitos ausentes...

Acho que a frequência de aula deveria ser maior; poderia-se reduzir a falta de professores, e talvez incrementar as disciplinas extras, assim como temos a aula de teatro e escola livre aos finais de semana (quadra aberta pra aulas de esportes como futebol, vôlei etc.).

Ativar a sala de informática para aulas também seria algo ótimo na escola; liberar o acesso à internet para os alunos que não podem ter acesso em casa, liberar o laboratório para pesquisas escolares etc.

Colocar uma copiadora dentro da escola seria algo genial, pois temos que comprar cópias de trabalhos na papelaria, e talvez isso não seja o mais adequado para uma escola pública!

Aula de monitoria na biblioteca, aulas de reforço em alguns dias e



horários marcados da semana, seriam mudanças positivas. Acho que o incentivo também é fundamental!

Acho também que poderíamos ter mais eventos, como feiras literárias, de ciências e festivais de talento, incentivando a cultura.

Um ponto importantíssimo que eu acho interessante mencionar é o vandalismo de alguns alunos. Sofremos, lá dentro, com alguns pichadores, e a destruição do patrimônio público é CRIME! Talvez se os “vândalos” sofressem o castigo de limpar a sujeira que fazem, esse tipo de destruição seria menor, ou nem existisse.



ADVOCACIA

Dr^a Patricia Santiago Dr^a Leangem Fernanda

Consumidor • Família • Cível • Direitos do Idoso • Violência Doméstica
Imobiliário • Servidor Público • Administrativo
Assessoria Jurídica Condominial

advocaciasantiaagoefernandes@gmail.com

4105-2440 • 2435-2664 • 8144-2503 • 9410-8085

Av. Nelson Cardoso, 1149 - Sala 1117 - Taquara

EXPEDIENTE

Ano 6 - Número 47 - Março/Abril de 2011
jornalabaixoassinado@yahoo.com.br
Tel.: (21) 7119-6163 / 7119-6125
Caixa Postal 70520 – Taquara – RJ
CEP 22.740-971
Publicação mensal da **RPC Editora Gráfica Ltda**
CNPJ 08.855.227/0001-20
Conselho Editorial
Almir Paulo, Ivan Lima, Manoel Meirelles,
Val Costa, Silvia Regina, Luciana Araujo,
Sônia dos Santos, Mariluce, Maraci Soares,
Iremar Negromonte, Ivaneide, Melissa Mel e
Instituto Histórico de Jacarepaguá
Jornalista Responsável
Paulo R. L. Thomaz

Diagramação e Arte-final
Jane Fonseca
Mala-direta: Governo Federal; Câmara Federal (bancada do Rio); Governo do Estado; Assembléia Legislativa; Prefeitura; Câmara Municipal; Tribunal de Justiça; partidos políticos; Acija; Acibarra; Acir; sindicatos; cooperativas; associações de moradores; FamRio; Famerj; Faferj; Faf-Rio; Ong's; Ibase; Fase; Viva Rio; Sindipetro-RJ; rádios comunitárias

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores
Distribuição gratuita



Desde 1964 os cristãos brasileiros celebram a Campanha da Fraternidade no período da Quaresma. É tempo de oração, olhar e agir para o próximo, escutar o corpo, o espírito e o psíquico. Num movimento de superação de qualquer dicotomia entre fé e vida, os cristãos convidam toda a sociedade para a reflexão de temas fundamentais.

Este ano a Campanha da Fraternidade tem por tema a “fraternidade e a vida no planeta”, que como ressalta Dom Orani, Arcebispo do Rio de Janeiro: “questiona a nossa vida e nossas opções quando verificamos que ‘a criação geme em dores de parto’ (Rom 8,22), supondo a coragem de acolhermos o chamado à conversão para uma vida mais sóbria e humana”. A tragédia no Japão, com suas cores cinzentas cada vez mais dramáticas, não pode nos deixar inertes.

A primeira vez que a Campanha da Fraternidade se dedicou ao tema da ecologia foi em 1979, com o lema “Preserve o que é de todos”. Em 2002, veio a Campanha que alertou sobre a Amazônia; dois anos depois, a Campanha de 2004 trabalhou a questão da água, e a Campanha de 2007 discutiu o tema “Fraternidade e os Povos Indígenas”, e com ênfase na questão da terra e dos seus cuidados.

Vivemos uma crise ambiental resultado da incompatibilidade dos tempos acelerados do produtivismo capitalista, com sua necessidade crescente de lucro e consumo, e os tempos mais lentos da natureza: os ritmos da vida e da biosfera são modulados por processos físico-químicos e biológicos que não se submetem ao ritmo do mercado. Com a Campanha que se inicia, as Igrejas e a sociedade terão uma nova oportunidade para refletir sobre a biodiversidade, o aquecimento global, o uso da energia, a preservação da Amazônia, a produção de alimentos.

A Campanha da Fraternidade nos convida a pensarmos ações concretas para reverter este quadro nos níveis pessoal, comunitário e de governo. Não podemos seguir vivendo “uma crônica de catástrofes anunciadas”, como ressaltou, em brilhante texto, publicado em O Estado de São Paulo em 23/01/11, o professor da Universidade da Califórnia e Membro da

Catástrofes de uma crônica anunciada

Academia Nacional de Ciências e da Sociedade Filosófica Americana, Jared Diamond:

“Os cinco fatores que levo em consideração ao tentar entender por que uma sociedade é mais ou menos propícia a entrar em colapso são, em primeiro lugar, o impacto do homem sobre o meio ambiente. (...)

O segundo fator é a mudança no clima local. Atualmente, essa mudança é global, e resultado principalmente da queima de combustíveis fósseis. O terceiro fator são os inimigos que podem enfraquecer ou conquistar um país. O quarto são os aliados. A maioria dos países hoje depende de parceiros comerciais para a importação de recursos essenciais. Quando nossos aliados enfrentam problemas e não são mais capazes de fornecer recursos, isso nos enfraquece. (...)

O último fator recai sobre a capacidade das instituições políticas e econômicas de perceber quando o país está passando por problemas, entender suas causas e criar meios para resolvê-los. (...)

Não há segredo sobre quais são os problemas: a queima exagerada de combustíveis fósseis, a superexploração dos pesqueiros no mundo, a destruição das florestas, e exploração demasiada das reservas de água e o despejo de produtos tóxicos. (...)

É a primeira vez na história que enfrentamos o risco de o mundo inteiro entrar em colapso. Hoje, até mesmo quando um país remoto, como a Somália ou o Afeganistão, entra em colapso, isso repercute ao redor do mundo. (...)

O argumento de que as mudanças climáticas que estamos presenciando hoje sejam apenas naturais é simplesmente ridículo. Tanto como aquele que nega a evolução das espécies. As evidências de que tais mudanças se devem a causas humanas são irrefutáveis. Os anos mais quentes registrados em centenas de anos se concentram nos últimos cinco que passaram. O planeta já enfrentou flutuações de temperatura no passado, mas nunca nos padrões registrados hoje. Precisamos estar preparados para um número cada vez maior de tragédias humanas relacionadas a mudanças climáticas. O clima se tornará mais variável. O úmido será mais úmido e o seco, mais seco. (...) O modo de vida do mundo não está em harmonia com as condições naturais deste próprio mundo (...)“

* Chico Alencar é professor de História e deputado federal pelo PSOL/RJ.



Contra a impunidade

Almir Paulo

“Podemos escolher o que semear, mas somos obrigados a colher aquilo o que plantamos.” Provérbio Chinês

O PL 7053/2006 é um Projeto de Lei de iniciativa popular para alterar o Código Penal, criado por Cleyde Prado Maia Ribeiro e Carlos Santiago Ribeiro, pais da Gabriela - do Movimento Gabriela Sou da Paz, no Rio de Janeiro - está parado no Senado.

Foram recolhidas um milhão e trezentas mil assinaturas em todo o Brasil e o projeto foi entregue no dia 08 de março de 2006 aos senadores Renan Calheiros e Aldo Rabelo, em Brasília. Porém, desde então, encontra-se estacionado no Senado, sem previsão de votação.

O Movimento Gabriela Sou da Paz, com apoio do **Jornal Abaixo-Assinado** e outras entidades, estão lançando uma campanha para pressionar esta casa a discutir e votar nosso Projeto de Lei. “Solicitamos à população que ligue para o Senado e para a Câmara Federal, pedindo que o projeto vá para votação. Alô Senado: 0800-612211 e o Disque Câmara 0800-619619”, entusiasma-se Carlos Santiago.

O projeto visa, unicamente, fechar brechas na lei atual, que deixa os criminosos soltos. A Constituição garante ao povo o direito de encaminhar e fazer valer seus projetos de mudanças. Participe! Não espere a desgraça acontecer a você ou a sua família. Ligue já.

Veja o que queremos mudar:

1) Acabar com a aplicação do conceito de “crime continuado” aos casos de homicídio.

Pela legislação atual, matar várias pessoas ao mesmo tempo equivale a matar uma só. Exemplo prático: na chacina de Vigário Geral foram assassinadas 21 pessoas, mas a lei unifica essas 21 mortes e considera que os assassinos praticaram um único crime: 21 vidas passam a valer uma só.

2) Acabar com o protesto por novo júri. (Esse item foi aprovado em 2008)

Embora o código Penal diga que a pena máxima é de 30 anos, na prática ela é muito menor: por mais bárbaro que seja o crime cometido, os juízes não costumam condenar ninguém a mais de 19 anos e alguns meses. Pela legislação atual, se condenado a mais de 20 anos, o réu tem direito imediato a um segundo julgamento,

que ainda pode ser postergado por muitos anos.

3) Fazer com que a aplicação de benefícios seja baseada no tempo total da condenação.

Pela legislação atual, mesmo que a soma dos delitos praticados tenha resultado numa pena de 40, 50 anos, os criminosos cumprem, em média, de cinco a seis anos no máximo, porque os benefícios são concedidos tomando como base os 30 anos que a lei estabelece como pena máxima, e não o total da pena a que foram condenados.

4) Estipular que o trabalho seja condição para a concessão de benefícios.

Para que o preso tenha direito a benefícios, como livramento condicional e regimes semi-aberto e aberto, deverá trabalhar. Caso não queira, cumprirá sua pena integralmente. A proposta de estabelecer o trabalho como condição para a concessão de benefícios traz, na prática, grandes vantagens para o preso, porque só o trabalho pode contribuir para sua re-socialização e para uma maior humanização da vida na cadeia.

A medida obrigaria o estado a incluir, nos presídios novos que estão sendo construídos, condições para que esse item possa ser cumprido.

5) Impedir condenado pela prática de crime hediondo de recorrer em liberdade.

Quem já foi condenado a mais de quatro anos de prisão, por qualquer crime, e venha a cometer um crime hediondo, deve cumprir a nova pena em regime integralmente fechado. E aquele que for condenado por crime hediondo, pelo Tribunal do Júri, deve ser imediatamente preso, não podendo recorrer da sentença em liberdade.

6) Não conceder o benefício de indulto ao condenado por crime de tortura.

O indulto é um ato de clemência do poder público. É uma forma de extinguir o cumprimento de uma condenação imposta ao sentenciado desde que se enquadre nos requisitos pré-estabelecidos no decreto de indulto, expedido na época da comemoração do Natal. Condenados por crime de tortura não devem ter esse benefício.

Chega de impunidade pressione o Senado a votar o Projeto de Lei 7053/2006 do Movimento Gabriela Sou da Paz > LIGUE Alô Senado: 0800-612211 > Disque Câmara 0800-619619.

Lideranças comunitárias escrevem carta de repúdio contra remoções

Em uma reunião realizada no dia 8 de janeiro, na Comunidade do Alto Camorim, algumas lideranças comunitárias da região traçaram estratégias de resistência contra as remoções que estão acontecendo em várias favelas da cidade do Rio de Janeiro. Elaborou-se uma carta aberta que repudia de forma veemente o modelo utilizado para remover os moradores de suas comunidades. Essa carta será entregue aos vereadores, deputados estaduais e federais do Rio de Janeiro. Ficou estabelecido também que serão produzidos um filme e um dossiê mostrando as práticas utilizadas nessas remoções, inclusive com relatos de pessoas que tiveram suas casas destruídas. O filme será exibido nas comunidades ameaçadas. A criação de um calendário unificado de manifestações e a realização de um Ato Público no dia 14 de janeiro, após reunião organizada pelo Conselho Popular União de Favelas no mesmo dia, também serão estratégias dos movimentos sociais contra as remoções.

Carta Aberta

Aos Excelentíssimos Senhores
Vereadores Deputados Estaduais e
Federais do Rio de Janeiro

Esse documento repudia os últimos acontecimentos ocorridos nas comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro, que vêm sendo tratadas de forma arbitrária, violenta e repressiva, a partir de práticas discriminatórias por parte de órgãos públicos que deveriam garantir os direitos básicos do cidadão. Tais acontecimentos reproduzem as práticas ditatoriais do passado e atentam contra a democracia, com indicações para um estado de exceção.

As afirmações acima podem ser comprovadas por tais fatos:

- Lista de comunidades que serão removidas integral ou parcialmente, constando 126 favelas em toda a cidade do Rio de Janeiro;
- Total ausência de diálogo e participação dos habitantes das comunidades na elaboração da lista supracitada;
- Desrespeito aos Estatutos da Criança e do Adolescente, do Idoso e das Cidades, da Constituição, da Lei Orgânica Municipal, além dos tratados internacionais em que o Brasil é signatário;
- Violações de casas de moradores, muitas durante a madrugada, gerando graves conseqüências físicas e psicológicas para trabalhadores, crianças e idosos;
- Pessoas que vieram a óbito em decorrência das conseqüências dos impactos psíquicos de terem suas casas destruídas ou ameaçadas de remoção;
- Crianças que perderam o ano letivo e romperam as suas teias de relações sociais porque foram removidas para áreas distantes de suas comunidades;
- Informação e contra-informação objetivando a insegurança, a dúvida e o medo, gerando incapacidade de ações;
- Recusa de registros de ocorrências quando solicitados em algumas

delegacias legais;

- Práticas inaceitáveis e contrárias ao código de ética por parte de alguns profissionais da assistência social municipal, que visam coagir moradores das comunidades;
- Laudos técnicos elaborados por órgãos públicos, sem a participação de outras instituições, outros pareceres e ausência dos moradores das comunidades;
- Sistema de transporte baseado no modelo rodoviário, individualista, caro e poluidor, em detrimento de um transporte ferroviário, público e de qualidade;
- Privatização do Espaço Público;
- Modelo de crescimento pautado na “cidade mercadoria” que privilegia o capital imobiliário e vai contra os interesses das classes populares;
- Ações de determinados atores sociais que visam transformar o Rio de Janeiro em uma “cidade espetáculo”, através da realização de mega-eventos;
- Implementação de um planejamento urbano insustentável nos aspectos social e ambiental, gerando grave degradação nos ecossistemas locais e comprometendo a manutenção das culturas tradicionais.

Certos de que vossas excelências saberão avaliar a gravidade da situação apresentada e tomar as medidas legais adequadas para garantir o pleno exercício da cidadania, base da nossa democracia.

Subscvem as seguintes associações, ONGs e entidades civis:

Conselho Popular, moradores das comunidades Horto, Vila das Torres, Arroio Pavuna, Vila Autódromo, Alto Camorim, Parque Columbia, Vila Recreio II, Vila Harmonia, Restinga, Vila Taboinha, Muca – Movimento Único dos Camelôs, Pastoral de Favelas, Rede Universidade Nomade, MNLM RJ – Movimento Nacional de Luta pela Moradia, ComCat – Comunidades Catalisadoras, Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania-BH, Mães de Maio - São Paulo.

Lideranças do MUP falam de suas lutas

Maraci Soares, representante do JAAJ, entrevistou Mauricio e Lídia Braga, integrantes do MUP – Movimento da União Popular.

Maurício, um dos fundadores do MUP, é morador há 42 anos na Comunidade Coroado em Vargem Pequena e militante há anos do Movimento da União Popular.

Já Lídia é ex-presidente do Movimento e moradora há 32 anos da mesma comunidade.



JAAJ: Mauricio, como é conciliar a vida profissional com o movimento social?

MB: Esse é o grande desafio: quando você não é remunerado pela luta política, ter que conciliar com a família e sobreviver.

JAAJ: A resistência que é demonstrada nas lutas te ajuda com o teu trabalho?

MB: No ponto de vista prático não vejo nenhuma associação.

JAAJ: No coroado são quantos anos de resistência?

MB: De existência 55 anos; de resistência politicamente organizada 29 anos. O trabalhador que não resiste não sobrevive.

JAAJ: Sabemos da vitória da comunidade, você poderia falar sobre o assunto?

MB: Foi uma vitória coletiva, com participação de vários moradores. Sem o envolvimento de todos seria impossível. Foram 29 anos de luta envolvendo várias reuniões, manifestações e articulações nos patamares local, estadual e federal.

JAAJ: Lídia, como foi sua atuação nas lutas?

LB: Foi e tem sido difícil. Temos que enfrentar as burocracias, a falta de compreensão das pessoas por não entenderem o objetivo da luta. Mas, apesar de tudo, sempre vale a pena. No dia 02 de dezembro de 2010 ocorreu a audiência, quando o juiz reconheceu o direito a terra dos

moradores do Coroado. Foi um momento de muita emoção após 29 anos de resistência. Conquistamos a nossa vitória e o direito à moradia.

JAAJ: Como e quando sua comunidade começou a se organizar?

MB: Quando apareceu alguém se dizendo dono da terra em que morávamos e ameaçou a comunidade de despejo, os moradores então se mobilizaram e surgiu a organização de moradores. O Sr Geraldo Nascimento foi o primeiro presidente da Associação. Já era um senhor, com seus sessenta e tantos anos. Não viveu para ver o povo sambar de alegria.

LB: Sr Geraldo faleceu há cerca de 10 anos. MB: Tivemos também ajuda de fora da comunidade. Havia uma instituição da Freguesia (Jacarepaguá) que atuava na formação política. Nos ajudou muito.

JAAJ: Mauricio, como se sente ao ser indicado pelos companheiros para assumir a ouvidoria junto à defensoria?

MB: Fico agradecido pela confiança dos companheiros.

JAAJ: Mais alguma declaração?

MB: Quero falar uma coisa bem didática: O povo tem que permanecer na luta. Não desistir. O Coroado entrou com o pedido de USUCAPIÃO em 1982. Só ao final do ano passado conquistamos o título da terra. Não podemos estar na luta esperando resultados imediatos. Temos que ter perspectiva, inclusive para as futuras gerações.

LB: Chegamos a pensar que não iríamos ver este dia.

Prestigie o jornal do seu bairro

Anuncie

JORNAL
Abaixo Assinado
de Jacarepaguá

(21) 7119-6125 / (21) 7119-6163

jornalabaixoassinado@yahoo.com.br

Estudioso da região alerta sobre os riscos ao patrimônio histórico do Campinho

Carlos Meda, 62 anos, é o que se pode chamar de historiador por paixão. Esse carioca suburbano, nascido e criado em Madureira, é um profundo conhecedor e defensor do patrimônio histórico da região. Carlos recebeu o JAAJ para uma conversa, onde contou um pouco da história de sua família e das suas preocupações sobre as intervenções urbanísticas no bairro do Campinho.

Quando começou a se interessar pela história da região?

Meus bisavós vieram morar em



Carlos Meda

Madureira no ano de 1906. Sou nascido e criado no subúrbio. Minha tia, 85 anos, lúcida demais, é afilhada da mãe de Padre Manso, que é o nome da rua que nasci, aqui no bairro. A ligação da minha avó era tão grande com a família de Padre Manso, cujos pais foram vizinhos dos meus avós, que ela deu para batismo uma de suas filhas.

Quais são os principais vestígios históricos da região?

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que pertencia a Fazenda do Campinho, construída em 1800; o antigo Forte de Nossa Senhora da Glória do Campinho, datado de 1710, onde funcionava a sede do 15º RECMEC; a estalagem do Campinho, de 1720, onde pernitoou Tiradentes diversas vezes; e, por fim, a Capela de São José da Pedra, em Madureira, construída entre 1901 e 1904.

Como você vê as intervenções urbanísticas realizadas no bairro do Campinho?

O objetivo principal é levar os moradores da Barra ao Aeroporto Tom Jobim. Infelizmente não existe uma



Sobrados que serão demolidos

preocupação com o patrimônio histórico do bairro. Pela proximidade com o forte, a região possui vários sítios arqueológicos que ainda nem foram escavados. Tudo isso corre o risco de se perder em decorrência das obras para construir a TransCarioca.

Como está a situação do destombamento dos imóveis históricos do Campinho?

O referido conjunto, situado entre o números 3 e 21 do Largo do Campinho, foi tombado pelo Poder Público Municipal através do Decreto nº 24.560, de 25/8/2004, fruto de uma recomendação por escrito feita por mim ao então prefeito

Cesar Maia. Outro bem cultural protegido pelo mesmo decreto municipal e também ameaçado de destombamento, desapropriação e demolição é a antiga estalagem onde dormiu Tiradentes, localizada no nº 452 do Largo do Campinho.

Existe algum movimento da sociedade civil para preservar esse patrimônio?

Sim. O Grupo de Pesquisa do Subúrbio Ca-

rioca e os Amigos do Patrimônio Cultural são exemplos de organizações da sociedade civil que lutam pela preservação do patrimônio histórico do nosso estado.

Você pode sugerir alguma bibliografia que fale mais sobre a história da região?

São raras as obras que falam sobre a área, exceto publicações acadêmicas. Posso sugerir a Revista "O Cruzeiro", volume 5, número 24, de 1933. Essa revista pode ser encontrada no Arquivo Geral da Cidade ou na Biblioteca Nacional.



Presidente estadunidense visita a Cidade de Deus

A Baixada de Jacarepaguá também esteve no roteiro da visita do presidente dos Estados Unidos ao Brasil. Barack Obama, a primeira-dama Michelli, e suas duas filhas assistiram a uma apresentação musical e uma roda de capoeira formada por crianças de escolas da comunidade da Cidade de Deus. A visita durou menos de meia hora e foi cercada por um forte esquema de segurança. Após o evento, ele acenou por cerca de vinte segundos para as pessoas que estavam na entrada da Fundação para Infância e Adolescência, onde ocorreu o evento, e entrou rapidamente em sua limusine, indo para o Aeroporto de Jacarepaguá, onde um helicóptero o aguardava para

levá-lo ao hotel em que estava hospedado, no bairro de Copacabana. Muitos moradores reclamam que a prefeitura e o governo estadual só fizeram melhorias pontuais para a visita do presidente, permanecendo grande parte da comunidade sem serviços básicos.

A visita de Obama ao Brasil suscitou uma série de protestos por parte dos Movimentos



Sociais. No dia 16 de março foi realizada uma plenária na sede do Sindipetro-RJ contra a vinda do presidente estadunidense ao nosso país. Dois dias depois, uma passeata de partidos de esquerda

percorreu toda a Av. Rio Branco indo até o Consulado do Estados Unidos, onde aconteceu um incidente

com uma bomba de fabricação caseira, culminando com a prisão de 13 manifestantes. No dia 20 de março, mesmo dia em que Obama discursou no Theatro Municipal, ocorreram várias

manifestações no Brasil e no mundo convocadas pela Assembleia Mundial dos Movimentos Sociais. O dia de mobilização global foi organizado para afirmar a defesa da democracia, o apoio e a solidariedade ativa aos povos da Tunísia, do Egito e do mundo árabe. Os Movimentos Sociais brasileiros discordam dos rumos da política externa do presidente Obama, que manteve as ocupações militares no Afeganistão e no Iraque e o bloqueio econômico a Cuba. A construção de novas bases militares estadunidenses na América Latina e a reativação da Quarta Frota da marinha também estão entre as preocupações dos manifestantes.



História do Carnaval

*Elena Barros

O carnaval é considerado uma das festas populares mais animadas e representativas do mundo. Tem sua origem no entrudo português, onde, no passado, as pessoas jogavam água, ovos e farinha umas nas outras. O entrudo acontecia num período anterior à quaresma e, portanto, tinha um significado ligado à liberdade. Este sentido permanece até os dias de hoje.

O entrudo chegou ao Brasil por volta do século XVII e foi influenciado pelas festas carnavalescas que aconteciam na Europa. Em países como Itália e França, o carnaval ocorria em formas de desfiles urbanos, onde os carnavalescos usavam máscaras e fantasias. Personagens como a colombina, o pierrô e o Rei Momo também foram incorporados ao carnaval brasileiro, embora sejam de origem europeia.

No Brasil, no final do século XIX, começam a aparecer os primeiros blocos carnavalescos, cordões e os famosos "corsos". Estes últimos tornaram-se mais populares no começo do século XX. As pessoas se fantasiavam, decoravam seus carros e, em grupos, desfilavam pelas ruas das cidades. Está aí a origem dos carros alegóricos,

típicos das escolas de samba atuais.

No século XX, o carnaval foi crescendo e tornando-se cada vez mais uma festa popular. Esse crescimento ocorreu com a ajuda das marchinhas carnavalescas. As músicas deixavam o carnaval cada vez mais animado.

A primeira escola de samba surgiu no Rio de Janeiro e chamava-se Deixa Falar. Foi criada pelo sambista carioca Ismael Silva. Anos mais tarde a Deixa Falar transformou-se na escola de samba Estácio de Sá. A partir daí, o carnaval de rua começa a ganhar um novo formato. Surgem novas escolas de samba no Rio e em São Paulo. Organizadas em Ligas, dão início aos primeiros campeonatos para eleger qual é mais bonita e animada.

O carnaval de rua manteve suas tradições originais na região Nordeste do Brasil. Em cidades como Recife e Olinda, as pessoas, durante o carnaval, saem às ruas no ritmo do frevo e do maracatu. Os desfiles de bonecos gigantes, em Recife, são uma das principais atrações desta cidade durante esse período.

Na cidade de Salvador existem os trios elétricos, embalados por músicas dançantes de cantores e grupos típicos da região. Lá destacam-se também blocos negros, como o Olodum e o Ileaê, além de blocos de rua e do Afoxé Filhos de Gandhi.

*Professora

Escolas de Samba de Jacarepaguá fazem bonito no Carnaval 2011

As escolas de samba da região conquistaram papéis de destaque nos desfiles dos diversos grupos do Carnaval Carioca. Pela primeira vez na história o Grêmio Recreativo Escola de Samba Renascer de Jacarepaguá é o Campeão do Grupo de Acesso e desfilará no Grupo Especial em 2012. Fundado em 1992, é oriundo do Bloco Bafo de Bode e sua sede

fica no Largo do Tanque. No desfile deste ano apresentou o enredo as Águas de Março, que conta a história do Circuito das Águas, formado por oito cidades situadas na Serra da Mantiqueira. Pelo Grupo D, a Império da Praça Seca garantiu o título de campeã e o segundo lugar ficou com a Mocidade Unida de Jacarepaguá, agremiação localizada na Cidade de Deus.



Moradora da Taquara é destaque em Ultramaratona no Saara

Entre os dias 3 e 9 de Outubro de 2010, Jacqueline Terto, moradora da Taquara, participou da Ultramaratona *Saraha Race*, no deserto do Saara. Essa competição faz parte de um circuito internacional de ultramaratonas extremas, com distâncias de 250 km, onde cada atleta é responsável pela sua própria sobrevivência por 7 dias. Jacque, que também é Mestre em Psicologia Social, participou do evento com o objetivo de alertar a população para as questões da pessoa com deficiência. Eram 156 atletas de 34 países, sendo ela a única brasileira. Nessa região, os ventos do



Saara constroem dunas gigantescas com mais de 400 metros de altura. As temperaturas costumam passar dos 50°C e as areias escaldantes chegam a 80°C. A chegada foi nas famosas pirâmides de Gizé. Exausta, mas extremamente feliz, Jacque foi a 7ª colocada entre as mulheres e 35ª no geral.

Caminhada Eco-Histórica no Parque Estadual da Pedra Branca Açude do Camorim

Caminhada leve: Aproximadamente 1h30 de subida em trilha dentro da mata



Esse açude fica dentro do Parque Estadual da Pedra Branca, uma Unidade de Conservação com 12,500 hectares, quatro vezes maior que o Parque Nacional da Tijuca. Todo o trajeto é realizado no meio de uma Floresta Atlântica luxuriante onde se destacam Jequitibás, Quaresmeiras, Ipês amarelos e roxos, Jacarandás e Cedros. No Parque está situado o ponto culminante do município do Rio de Janeiro – O Pico da Pedra Branca, com 1024 metros de altitude.

Duração da caminhada: 6h
Vagas: 20
Data: 10 de abril
Horário: 9h
Telefones para contato:
3327-4007 / 9584-6451 / 9617-4496

Inscrição

Mediante pagamento na Personal Studio (Estrada do Tindiba, 185 – Pechincha - JPA).

Devolução

Só é possível caso outra pessoa assumo o lugar daquele que desistiu.

Ponto de encontro

Capela São Gonçalo do Amarante
End.: Estrada do Camorim, sem nº
(Seguir Estrada dos Bandeirantes em direção a Vargem grande, virar a primeira direita após a cobra computadores).

VALOR : 20,00

Importante

Levar água, frutas e lanche em mochila, roupas e calçados apropriados para caminhada.

O Jornal Abaixo-Assinado abre um espaço para você que é síndico falar um pouco da sua experiência. Escreva para nós: jornalabaixoassinado@yahoo.com.br

Condomínio: sabendo levar

*Marcelo Fernandes Elizardo Cardoso

Se a vida em condomínio pressupõe, por excelência, o bom convívio e o equilíbrio de desejos dos seus moradores, requer também a disposição de uma figura essencial a essa acomodação de interesses: o síndico. Estruturalmente, além dele podem coexistir o administrador e uma administradora, empresa contratada para gerir os aspectos mais rotineiros.

O síndico pode ser remunerado (é justo que seja) por seu trabalho de duas formas: sendo empregado do condomínio (como o administrador, atuando com ele ou em seu lugar), com os direitos trabalhistas comuns, um *modus operandi* bastante comum em edifícios comerciais; ou gozando da isenção do pagamento da cota condominial, que é a forma mais comum nos complexos de apartamentos residenciais. No primeiro caso, existe um salário em questão. No segundo, o que acontece é a concessão de uma compensação, que é o direito de não participação no rateio – obrigatório – de despesas. Em ambos os casos, o síndico é eleito em assembleia, sendo periodicamente avaliado por ela.

Tenha-se em vista que o que se paga de condomínio é essencialmente um rateio, envolvendo, genericamente, custos de pessoal, consumo de energia, manutenção geral e tantas rubricas quão mais complexa a estrutura existente. Trata-se de uma contribuição que não envolve atividade comercial nem dá lucro.

Emergências são contempladas no fundo de reserva que, aliás, não deve crescer demais: ultrapassado um limite determinado, segundo o bom senso da equipe administrativa ou uma decisão de assembleia, o excedente deve ser utilizado para melhorias, sob pena de minar a necessária cobrança do fundo.

Um problema que os condomínios

vivem atualmente é a sanha incontrolável do governo sobre o dinheiro da contribuição dos condôminos, com a tributação indiscriminada sobre esses recursos. A legislação tributária passou a mirar, por exemplo, o aluguel de espaços para a instalação de antenas de telecomunicações (telefones celulares e rádio) e até mesmo o uso pago dos salões de festas!

Se a cessão remunerada de um telhado vem contribuir para a geração de um extra a ser revertido para o aumento do conforto dos condôminos, agora o Estado quer uma casquinha disso, taxando o ganho dos condomínios como se fosse lucro sobre investimento de capital.

Com o aluguel dos salões, a taxaço assume um caráter ainda mais perverso: o governo quer lucrar sobre um – de novo – rateio de despesa! A cobrança do uso do espaço de convivência visa meramente a cobrir custos derivados de sua utilização (energia, limpeza etc.), que não existem na condição de não-uso e, portanto, não são contemplados pela cota condominial normal. Mais dinheiro fácil...

Mas o pior ainda fica por conta do que ocorre com a isenção da cota condominial do síndico morador, não-empregado. Nesta condição, ele é arrolado como contribuinte individual da Previdência, sendo obrigado a pagar sobre algo que **não recebe!** A Lei 8.212 (Seguridade Social), de 1991, foi alterada em 1999, permitindo a cobrança. Na verdade, o dispositivo estipula que o síndico contribua ‘desde que receba remuneração’, mas uma decisão do Superior Tribunal de Justiça equipara a isenção de pagamento a um salário, que pode ser taxado. A caracterização dos condomínios como pessoas jurídicas iguais às demais – como as empresas, que dão lucro – é o que valida essa taxaço.

*Subsindico do Condomínio Parque do Lazer

Projeto jornalista cidadão

Moradores de Jacarepaguá, Praça Seca, Vila Valqueire, Camorim, Cidade de Deus, Rio das Pedras, Barra, Recreio e das Vargens. Queremos sua participação em nosso jornal.

Você pode escrever e nós publicaremos suas reivindicações. Suas denúncias e visão

sobre os problemas da sua comunidade, assim como da região, são fundamentais para construirmos uma sociedade melhor..

Enfim, entre no debate e na luta para construir um bairro melhor. Solte o seu grito em nossas páginas democráticas.

jornalabaixoassinado@yahoo.com.br - Cx. Postal 70520 – Taquara/RJ – Cep 22.740-971

Por que a nossa cidade se chama Rio de Janeiro?

*Val Costa

Durante vários séculos, a origem do nome “Rio de Janeiro” foi aceita por estudiosos sem grandes divergências: ela se referia à baía de Guanabara - nome de origem tupi-guarani, cujo significado é braço de mar -, que foi confundida com a foz de um rio por navegadores europeus, no primeiro dia de janeiro. As discordâncias ficavam por conta do ano desse acontecimento e do seu autor. Até meados do século XIX predominou a ideia de que foi Martim Afonso de Souza, em sua expedição de 1532, o responsável por batizar o local com esse nome.



Posteriormente, começou a conquistar espaço entre os pesquisadores que o topônimo se originou de outra expedição, realizada entre 1501 e 1502, da qual fazia parte Américo Vespúcio, que foi batizando vários locais da costa da então América Portuguesa. Essa última versão ainda é muito controversa, já que alguns historiadores não acreditam que Vespúcio, experiente cartógrafo, teria cometido tal erro. O nome utilizado por ele teria sido “Ria” – termo usado no século XVI para definir entrada de baía – de Janeiro. Apesar dessa versão ser a mais conhecida da maioria dos cariocas, não existe nenhum documento do século XVI que comprove que um grande rio foi avistado no dia primeiro de janeiro.

A partir do século XX outras explicações começaram a surgir. Uma delas foi



apresentada pelo arquiteto espanhol Adolfo Morales de los Rios. Segundo ele, o nome Rio de Janeiro seria uma adaptação do topônimo *Ita U anã Paraná*, usado pelos nativos para designar a baía de Guanabara. O historiador português Joaquim Veríssimo Serrão afirmou que o nome só passou a ser conhecido após a viagem de circunavegação da Terra (1519-1522), feita pelo luso Fernão de Magalhães. Documentos da expedição mostram que a região era conhecida até então como baía de Santa Luzia, e só passou a receber o nome atual após a passagem das embarcações, que em seus relatórios mencionaram “o rio onde estivemos na entrada de janeiro”. Por fim, um historiador uruguaio chamado Rolando Laguarda Trías defendeu que o nome de nossa cidade se originou de “Rio de Gênero”, referindo-se ao pau-brasil que era explorado na região nos primeiros anos da colonização portuguesa.

*Professor e Pesquisador



Blog de professor do município inaugura espaço sobre Jacarepaguá

O professor da Rede Municipal de Ensino, Nelson Moreira da Silva, criou, em 2008, o blog “Fatos e Ângulos”, com o objetivo de usar essa ferramenta em suas aulas de Matemática. O projeto foi se desenvolvendo e hoje o professor apresenta uma infinidade de textos e vídeos que abordam os mais diferentes temas, como: educação política, meio ambiente, música, ética e xadrez. A partir desse mês, o blog abre espaço para informações relacionadas a cultura e a história de Jacarepaguá. O primeiro entrevistado é o professor Val Costa, que fala das suas pesquisas e projetos para o ano de 2011. O blog pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <http://fatoseangulosbloginfo.blogspot.com/>

Grupo Alfazendo

em defesa da Cidade de Deus

O Grupo Alfazendo é uma organização da sociedade civil, fundada em 14 de abril de 1998, por educadores/moradores e ex-moradores que atuam no movimento social em Cidade de Deus/RJ. Seu objetivo principal é a transformação da realidade social através de iniciativas educacionais, culturais, esportivas e de promoção social, buscando por meio de diferentes ações a possibilidade dessa população se conhecer, analisar, e entendendo sua realidade, ser um agente ativo na transformação social, necessária e urgente, frente à quase total ausência de políticas públicas que enfrente e diminua esse quadro de exclusão e desigualdades sociais na Cidade de Deus.

Buscando esse objetivo o Grupo Alfazendo tem atuado ao longo dos últimos anos em duas frentes: alfabetização de jovens e adultos e formação de educadores populares. Atualmente, tem 175 inscritos em suas turmas de alfabetização de jovens e adultos. Está formando 10 professores no curso de formação de educadores populares.

O Grupo Alfazendo, nos seus doze anos, realizou importantes ações sociais e educacionais a favor do povo da Cidade de Deus, com destaque para as seguintes atividades:

- **Núcleo de Alfabetização** - De 1998 a 2009, 900 alunos foram alfabetizados.
- **Formação de Educadores Populares**
- **I Jornada de Educação de Jovens e Adultos em Cidade de Deus** - Maio de 2003 – 55 comunidades - 178 participantes.
- **Indicação Prêmio Darcy Ribeiro** 2004 – Prêmio concedido pela Comissão de Educação da Câmara Federal
- **Cineclube “CDD” Alfazendo** -

maio de 2007 a novembro de 2009, projeto que utiliza o cinema nas escolas e instituições locais como ferramenta educacional. Foram mais de 107 sessões e beneficiado diretamente mais de 10.000 pessoas, entre crianças, jovens e adultos.

• **Mulheres Eco-Artesãs** - de fevereiro a agosto de 2008, capacitou 25 mulheres na produção de artesanato a partir da reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos. Hoje apóia o **grupo produtivo** Mulheres Eco-Artesãs.

• **Programa Desenvolvimento Local em Cidade de Deus** - participação e criação do Comitê Comunitário Cidade de Deus.



Grupo Alfazendo, a LAMSA (Linha Amarela S.A.) e o Instituto Invepar estão unidos para desenvolverem o Eco Rede – um projeto socioambiental que articula Educação Ambiental e Geração de Trabalho e Renda, a ser implementado em todas as comunidades do entorno da Linha Amarela.

O objetivo central é a promoção e o desenvolvimento social, econômico e

ambiental de catadores de materiais recicláveis e de artesãos que produzem a partir da reutilização e reciclagem de materiais. A idéia é começar o projeto, ainda este ano, por Cidade de Deus e Timbau no Complexo da Maré.

O sonho é a construção de um Eco Espaço, um galpão amplo que servi-se para separação de materiais recicláveis e salas multiuso para os cursos de formação profissional e atividades culturais ligadas à temática ambiental.

Uma das prioridades do projeto é a Educação Ambiental, a construção de uma consciência ecológica de preservação do planeta. Neste caso o objetivo é desenvolver um amplo conjunto de atividades na área de educação ambiental nas escolas, creches, igrejas e ONGs das comunidades.

O Grupo Alfazendo, a LAMSA e ao Instituto Invepar estão empenhados na construção de novas parcerias para o desenvolvimento do projeto, em especial com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, COMLURB, Fiocruz/Farmanguinhos e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Dia 5 de abril, o Grupo Alfazendo, a LAMSA e o Instituto Invepar realizam importante **Seminário de Apresentação do Projeto Eco Rede**, na Igreja Episcopal Anglicana, situada na R. Edgar Werneck, 1605 – Cidade de Deus, das **09h30 às 12h30**.



Canteiro a margem do rio Estiva, cuidado pelos moradores

Comitê Comunitário de Cidade de Deus

O Grupo Alfazendo é co-fundador do Comitê Comunitário Cidade de Deus, articulação comunitária fundada em março de 2003, que tem como objetivo a articular e união das instituições de Cidade de Deus para elaborar, desenvolver e executar um Plano de Desenvolvimento Local, em parcerias com o Poder Público, a iniciativa privada e outras organizações da Sociedade Civil.

O Comitê Comunitário Cidade de Deus luta pelo acesso dos moradores da comunidade aos direitos sociais e por políticas públicas nas áreas de educação, saúde, habitação, cultura, esporte, urbanismo, meio ambiente, promoção social e comunicação.

O Grupo Alfazendo teve intensa participação nas atividades do Comitê Comunitário Cidade de Deus, tais como:

- **Ação da Cidadania – junho de 2003** - Feira de Serviços realizada em parceria com o SESC-RJ; SENAC-RJ; SEBRAE/RJ; LAMSA; FENASEG; FETTRANSPOR e Comitê Comunitário Cidade de Deus
- **I Fórum Comunitário em Cidade de Deus** – setembro de 2003 - Palestras seguidas de debate sobre Protagonismo Comunitário; Políticas Públicas - Participativa, Inclusiva e Solidária; e Responsabilidade Social.
- **Encontro de Nogueira – março de 2004** - Elaboração de forma participativa do Plano para o Desenvolvimento Comunitário de Cidade de Deus, envolvendo o Comitê Comunitário Cidade de Deus, Parceiros e Profª. Cláudia Pfeiffer – Consultora em Planejamento Participativo.
- **II Fórum Comunitário em Cidade de Deus – maio de 2004** - Apresentação, discussão e aprovação do Plano para o Desenvolvimento Comunitário de Cidade de Deus à comunidade.
- **Dia Internacional da Mulher 07/03/2004 e 06/03/2005** - Entrega do troféu Dignidade na Luta, a vinte mulheres guerreiras de Cidade de Deus, mulheres que por suas lutas ou histórias de vida são referências na comunidade.
- **Execução do Projeto “Cidade de Deus e de Direitos” FINEP/IBASE** - Criação da Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local – junho de 2006
- **Fórum Qualidade da Educação em Cidade de Deus – agosto de 2006** - Encontro de atores locais para pensar, discutir e propor Políticas Públicas para a Educação em Cidade de Deus
- **Implantação da Biblioteca Comunitário Celita Vieira de Abreu “D. Obassy” – julho de 2007.**
- **Apresentação da experiência do Comitê Comunitário Cidade de Deus nas edições da Expo Brasil Desenvolvimento Local: 2004** – Olinda, 2005 – Fortaleza, 2006 – Salvador, 2007 – Natal, 2009 – São Paulo e 2010 – Rio de Janeiro.

